[FUNDO CLIMA 1]

DECOLAGEM LENTA

Um dos principais instrumentos financeiros da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) está sofrendo com o contingenciamento orçamentário promovido pelo governo federal para cumprir metas do superávit primário (economia para pagamento de juros da dívida).

Na parcela não reembolsável do Fundo Clima, operada diretamente pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), só R$ 761 mil haviam sido gastos até 19 de outubro, representando 2,6% da dotação inicial de R$ 28,8 milhões, prevista para 2013.

Na porção reembolsável do Fundo Clima, administrada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o quadro também preocupa. Essa parcela do fundo, operada pelo banco, acumula R$ 920 milhões transferidos pelo MMA, incluídos na cifra R$ 360 milhões deste ano. Mas só dois projetos receberam dinheiro do banco até agora – ambos neste ano de 2013 –, somando R$ 66 milhões, ou 7% da carteira total do fundo no BNDES.

Para tentar destravar o fluxo financeiro do fundo, o MMA negociou com o Ministério da Fazenda e o BNDES uma diminuição nos juros cobrados dos projetos, sacramentada pela Resolução Bacen 4.267, aprovada em 30 de setembro pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Veja em bit.ly/16gzE0G.

O fundo financia projetos de redução nas emissões de gases estufa, como os de energia solar e eólica, eficiência energética e mobilidade urbana.

– **POR JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA**

[FUNDO CLIMA 2]

À ESPERA DO STF

A crise do Fundo Clima possui outros tentáculos. O mais ameaçador é a supressão de sua maior fonte de ingressos, a participação especial do petróleo (PE). A Lei nº 12.734, aprovada em novembro de 2012 pelo Congresso Nacional, alterou radicalmente a distribuição dos *royalties* do petróleo em favor dos estados não produtores e eliminou o repasse de 10% da PE ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), que totalizou R$ 1,55 bilhão no ano passado, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Segundo a lei que instituiu o fundo,



JEFF BELMONTE / FLICKR

seu orçamento pode contar com até 60% da PE destinada ao MMA. Portanto, o fundo poderia ter recebido até R$ 930 milhões da PE em 2012. O MMA, contudo, destinou somente 25% da PE ao fundo.

Por enquanto, porém, tudo continua como antes, graças à liminar concedida em março pela ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.917, impetrada pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, contra artigos da Lei 12.734 relativos à redistribuição dos *royalties* do petróleo.

É uma medida transitória, que será julgada em definitivo pelo plenário do STF. Se a liminar for derrubada, o Fundo Clima sofrerá um golpe duríssimo.

Outro tentáculo do imbróglio é o contingenciamento do orçamento federal, o que levou o MMA a adiar duas vezes a terceira das quatro reuniões do comitê gestor do Fundo Clima previstas para este ano. O ministério justificou o adiamento sob o argumento de que não há como promover a reunião – inicialmente marcada para 29 de agosto e depois transferida para 3 de outubro – sem que as novas metas orçamentárias pós-cortes estejam definidas. **(JAGP)**

[CAUSAS]

EM DEFESA DO BEM

O Brasil acaba de ganhar sua primeira empresa dedicada à "defesa de causas" – ou *issue advocacy*, na linguagem do ramo. Chamada "Cause", a agência trabalhará com a mobilização da opinião pública por meio de campanhas sobre temas ligados a direitos humanos e das minorias, novos modelos de desenvolvimento e fortalecimento da democracia. Um exemplo dessas campanhas que já acontece no País é o Outubro Rosa, sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama.

"Todos os países de democracia consolidada possuem agências que regulam as defesas de causas. No Brasil, ainda não havia", diz Leandro Machado, um dos fundadores da empresa precursora. Ao seu lado está Rodolfo Guttilla, com quem trabalhou na Natura na área Assuntos Corporativos e Relações Governamentais.

A Cause operará com quatro etapas: a primeira é o estudo profundo sobre a causa do cliente a ser promovida, por meio de



WILSON SPINARDI JR.

Os sócios Rodolfo Guttilla e Leandro Machado: mobilização da opinião pública

pesquisas de opinião, levantamento de histórico e dados. Em seguida, a agência identifica os atores envolvidos na causa que seriam alvos potenciais da campanha. No caso de uma ação pelo direito das crianças, por exemplo, seriam os pais, educadores, a mídia especializada e até mesmo o Ministério da Educação. Em seguida, a agência define a campanha com linguagem e formato que sensibilizarão mais facilmente os atores.

Podem ser vídeos na internet, texto, *releases* para a imprensa, entre outros recursos.

Tudo isso pode culminar em uma estratégia para mudar a legislação. Em função dessa etapa, a atividade de "defesa de causas" é confundida com *lobby*. "Mas o *lobby* é só uma das possibilidades de atuação. O *issue advocacy* lida com a comunicação e a conscientização. E isso pode culminar na mudança da lei", explica Machado.

Alguns temas já têm sua lei definida, mas ainda não estão inseridos na opinião pública e, por isso, falta engajamento. Um exemplo, segundo Machado, é a Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Em andamento, a dupla adianta que estão em campanhas pela educação de qualidade, direito das crianças, biodiversidade e empreendedorismo de vanguarda. – **POR THAÍS HERRERO**

OLHA Isso!

POR FABIO F. STORINO*

O ROBÔ QUE NÃO ME AMAVA

O sargento Talon trabalhava no Laboratório Nacional de Los Alamos desarmando minas terrestres. E a maneira mais efetiva de desarmá-las era pisando nelas. Cada vez que encontrava alguma, ele perdia um membro do corpo em decorrência da explosão. Ao vê-lo se arrastando pelo chão com seu derradeiro membro, o coronel que supervisionava ordenou que o exercício fosse interrompido. Assistir àquela cena foi emocionalmente demais para ele – era desumano, argumentou. Seria fácil concordar com o coronel, não fosse por um detalhe: o sargento Talon é um robô.

A conexão emocional que temos com seres inanimados não começou com os robôs, apesar de ter se intensificado – e muito – com eles. Damos nomes a barcos, geralmente femininos; alguns dão nomes a carros e os tratam melhor do que a muitos humanos. E quem não simpatizou com a bola de vôlei Wilson, que no filme *Náufrago* se tornou amiga e confidente do personagem de Tom Hanks?

O sargento Talon foi promovido e também condecorado (três medalhas *purple heart*), o que também é comum no campo de batalha. Muitos robôs salvam vidas de soldados e, quando sofrem danos irreparáveis, recebem funeral, com direito a salva de tiros. Dado o modo como nós, humanos, interagimos com os robôs, Cynthia Breazeal, professora e diretora do Personal Robots Group do Massachusetts Institute of Technology (MIT), chama a robótica de "tecnologia social"(*ver seu TEDtalk em* goo.gl/8fmJ8).

Somos biologicamente programados para reconhecer traços de "vida", mesmo onde ela não existe. A *pareidolia* é um fenômeno que envolve o reconhecimento de formas vivas, como animais em nuvens e o rosto de Jesus ou da Virgem Maria em torradas.

No Pleistoceno (período entre 2,59 milhões e 11,5 mil anos atrás), essa habilidade podia salvar vidas: nossos parentes das cavernas menos hábeis provavelmente acabaram devorados por tigres-dentes-de-sabre escondidos entre arbustos; aqueles que conseguiam reconhecer padrões de possíveis predadores puderam passar seus genes adiante.



KALEXANDERSON / FLICKR

Olhos parecem bastar para identificarmos um ser animado entre nós. Em experimento no refeitório da Universidade de Newcastle, alunos podiam pegar bebidas e depositar o valor equivalente em uma caixa de coleta, de maneira voluntária. Quando uma foto com um par de olhos era afixada na parede, as pessoas contribuíam três vezes mais. Em experimento subsequente, os pesquisadores observaram que as ocorrências de bandejas de comida não recolhidas nesse refeitório caíam pela metade na presença da foto (*ver em* goo.gl/MN6vWZ).

Embora seja fácil para os humanos estabelecer empatia com robôs, o oposto não é verdadeiro: robôs são regidos tão somente pela programação de seu chip, e as Três Leis da Robótica permanecem apenas na ficção de Isaac Asimov. Daí a preocupação com a nova frente tecnológica da robótica: a dos "robôs assassinos", armados e autônomos, que já chamam a atenção de organizações como a Human Rights Watch (*ver relatório* Losing Humanity *em* goo.gl/RFtY1).

O uso dos drones Predator armados já seria motivo de preocupação: humanos os comandam à distância, olhando para monitores e operando *joysticks*; o risco é de o trauma da guerra transformar-se no prazer de se jogar um videogame. Incapazes de sentir remorso por suas ações ou de exercer juízo sobre situações não previstas, soldados-robôs retirariam das guerras o pouco de humanidade que ainda lhes resta.

* **FABIO F. STORINO É DOUTOR EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GOVERNO**